



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

## Plataforma de Stakeholders Portuguesa



Ata da 3<sup>o</sup> reunião da  
Plataforma de  
Stakeholders Portuguesa  
15 dezembro 2017



## SUMMARY

---

The third and final meeting of the Portuguese Label Pack A+ National Stakeholders Platform took place on the 15<sup>th</sup> of December 2017 in Lisbon.

The meeting was hosted by ADENE and eight of the eleven entities that constitute the NSP were present.

The goal of the meeting was to present and discuss with the NSP members the recommendations that the Label Pack A+ project consortium has gathered regarding the potential for improving the current energy labelling heating regulations and that it intends to pass to the European Commission to consider in the upcoming revision process.

The first stage of the meeting consisted of a brief presentation of the status of implementation of the regulation at EU level and in particular comment on the experiences of the Label Pack A+ participating countries, namely the activities developed and the initiatives deployed to prompt the use of the package label.

Several were the considerations presented by the members of the Portuguese NSP regarding the status of the regulation's implementation, namely the fact that this energy label is a label that distinguishes between technologies and not between products, meaning that it distinguishes between a heat pump and a boiler but not between boilers or heat pumps. The debate around responsibilities, namely the issuing of the package label by installers also outlined the fact that installers need more training to assure quality installations and that there is still a gap between the effective competences on the market and the wishful ones, also allowed given the lack of responsabilization. The market surveillance, and the lack of it, was a transversal theme acknowledged by all, outlining the lack of procedures, resources and know how of the competent authorities.

As for the debate around the recommendations, some were well received, namely the need for harmonization between regulations, in particular regulations around products and buildings, the need to reinforce market surveillance clarifying procedures, responsibilities and assuring that the necessary skills and resources are in place.

As for recommendations to modify the current label the note was that all of these need to be carefully thought since it is still a new regulation and that changes at such an early stage may hinder consumer trust in the energy label.

The adding of new labels, namely an energy label for existing systems was also discussed and the conclusion here was that it can be a good communication tool, assuring that the complexity is low and that is in line with existing schemes preventing burden costs to such a new label.



## AGENDA

9h30	<b>Coffee break de boas vindas e receção dos participantes</b>	
10h00	Boas vindas	Manuel Bóia / ADENE
10h15	Introdução dos participantes	Todos
10h30	Implementação da regulamentação de etiquetagem energética de aquecimento na Europa e em Portugal	Joana Fernandes / ADENE
11h00	Balanço geral das atividades desenvolvidas em Portugal no âmbito do projeto <i>Label PackA+</i>	Joana Fernandes / ADENE
11h30	Oportunidades de melhoria para a regulamentação de etiquetagem energética de aquecimento: sugestões e recomendações do consórcio Label Pack A+	Joana Fernandes /ADENE
12h30	Debate	
13h00	Final da Sessão	Paulo Santos / ADENE

## RESUMO

A terceira reunião da Plataforma Nacional de Stakeholders do Projeto LabelPackA+ decorreu no dia 15 de dezembro no Hotel Vip Executive Zurique em Lisboa, organizada pela ADENE. Marcaram presença cerca de oito entidades neste órgão consultivo, de entre as 11 que o constituem.

Esta terceira reunião teve como objetivo principal apresentar e discutir com os membros deste fórum algumas das recomendações que o consórcio do projeto Label Pack A+ visa transmitir à Comissão Europeia para que sejam consideradas no processo de revisão da regulamentação de etiquetagem energética de aquecimento que está agora a dar os primeiros passos.



## ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO A NÍVEL EUROPEU

O ponto inicial da discussão passou pela apresentação sucinta do que é o estado de implementação da regulamentação Europeia de etiquetagem energética de produtos e sistemas de aquecimento. Foi apresentado um panorama do ponto de vista de cada um dos agentes da cadeia de valor, uma análise SWOT da adoção da regulamentação na Europa e exemplos de utilização da etiqueta de aquecimento em alguns dos países do consórcio.

No âmbito da discussão, e dos vários pontos que se identificaram, os membros deste grupo de trabalho tiveram oportunidade de expressar algumas das suas preocupações:

**DGEG:** Deu particular ênfase à necessidade harmonização dos regulamentos Europeus, em particular da oportunidade de articulação entre os regulamentos de produto: ecodesign e etiquetagem energética e de desempenho de edifícios, não sendo claro o estado da discussão, ou sequer se a discussão existe no seio dos grupos de trabalho da Comissão Europeia.

A ADENE lembrou que existirá um processo de revisão da regulamentação nacional do Sistema de Certificação Energética, no seguimento da revisão da EPBD que está atualmente em curso no âmbito da discussão do Pacote Europeu Energia – Clima e que é de facto o momento oportuno para diligenciar junto das entidades europeias neste sentido, bem como junto das entidades nacionais quando chegar o momento de revisão da legislação nacional.

**AFIQ:** A AFIQ referiu que a questão da sobrepopulação de produtos nas classes superiores não acontece só nas classes superiores mas em várias classes fruto desta etiqueta ser uma etiqueta de distinção entre tecnologias e não entre produtos, o que inviabiliza a que o consumidor consiga distinguir produtos da mesma tecnologia, exemplo entre duas caldeiras de condensação ou entre duas bombas de calor. Igualmente a tomada de decisão do consumidor continua a ser essencialmente motivada pelo preço pelo que a etiqueta energética só é considerada numa fase seguinte, quando o orçamento disponível já foi estipulado e a partir daí a etiqueta, tal como está, não distingue entre produtos o suficiente para apoiar a decisão do consumidor.

**APIRAC:** A APIRAC referiu a importância da instalação das soluções de aquecimento e a responsabilização do instalador, uma prática que se perdeu e que vigora somente, e apenas em teoria, na instalação de termoacumuladores de acordo com o previsto na Portaria n.º 1081/91 de 24 de Outubro.

**DGC:** A DGC deu nota da complexidade na selecção e aquisição destas soluções que de facto não acontece só em loja, mas também por via do contacto direto com instaladores. Por isso mesmo a informação que se veicula ao consumidor tem que ser clara e simples. O consumidor confia no passa palavra entre conhecidos para tomar a sua decisão, em particular nestes temas da energia que ainda precisam de muito investimento na área da sensibilização e informação ao consumidor.



Em 2018 a DGC pretende trabalhar a componente da fiscalização da publicidade de produtos e sistemas de aquecimento, pelo que tornará ao contacto com a ADENE e demais parceiros para assegurar o sucesso da campanha.

**AFIQ e APIRAC:** Ainda sobre o tema da vigilância e fiscalização de mercado, identificada pelo consórcio e reiterada pelos presentes como um dos pontos a trabalhar e com peso significativo no impulsionamento do mercado, discutiu-se também a falta de critérios de manutenção destes equipamentos. Recordou-se o contexto inicial do Sistema de Certificação Energética em 2006 em que se discutiram as opções de manutenção obrigatória e campanhas e sensibilização para a importância da manutenção, tendo a opção recaído sobre a segunda, sem que tenha sido evidente que esforços efetivos foram desenvolvidos neste sentido.

## OPORTUNIDADES DE MELHORIA DA REGULAMENTAÇÃO

A apresentação das oportunidades de melhoria da regulamentação foi apresentado no contexto da análise que está a ser feita ao nível do consórcio, ou seja, do estudar três vertentes distintas: melhorar a implementação da atual regulamentação, melhorar a regulamentação em si e alterar a regulamentação com vista à eliminação da etiqueta de sistemas.

Neste momento o consórcio reuniu já propostas para as vertentes 1 e 2, sendo a última análise uma análise mais profunda que o consórcio ainda não terminou e que visa concluir sobre o potencial impacto no mercado da etiqueta de sistemas.

Sobre a 1ª vertente, de **melhorar a implementação da atual regulamentação** foram apresentadas e discutidas as seguintes medidas:

### 1. Associar a etiqueta a incentivos financeiros

Esta medida foi bem acolhida na medida em que é entendido que qualquer incentivo que dinamize o mercado é bem vindo. Todavia algumas preocupações mantêm-se.

A APIRAC frisou a importância do assegurar da qualidade da instalação, algo que poderia ser viabilizado pela aposta na formação dos instaladores e pela exigência de um termo de responsabilidade associado à instalação.

A AGEFE concordou com a proposta, referindo que não é contudo uma medida que se deva aplicar à regulamentação tal como está, devendo a etiqueta de aquecimento ser melhorada.

A AFIQ reforçou novamente a questão da etiqueta de aquecimento ser uma etiqueta que diferencia tecnologias e não soluções da mesma gama o que pode levar a que os incentivos que a utilizam deturpem o mercado e privilegiem umas tecnologias em detrimento de outras.



## **2. Associar a etiqueta ao Sistema de Certificação Energética de Edifícios**

Este é um ponto bem recebido uma vez que é reconhecida a necessidade de harmonização entre o regulamento dos produtos e sistemas de aquecimento e alguns dos requisitos e critérios do SCE.

A AFIQ destacou desde logo os perfis de consumo de água quente que geram confusão e a relação com os dados do certificado solarkeymark e os requisitos de cálculo de acordo com a metodologia EnR que não tem qualquer relação com a etiqueta energética.

A AGEFE destacou também a necessidade do SCE compatibilizar os requisitos mínimos com os definidos nos regulamentos de eco-design.

Sobre este ponto a ADENE reforçou que o processo de revisão do SCE que inevitavelmente decorrerá da revisão da Diretiva EPBD prevista para 2018 será certamente uma oportunidade para as várias entidades se articularem e identificarem estas questões. Uma das possibilidades passa por rever o edifício padrão e puxar assim o mercado para soluções harmonizadas.

## **3. Reforçar a vigilância e fiscalização de mercado**

É uma das questões cruciais e identificadas transversalmente por todos os países participantes no projeto Label Pack A+ e também nesta sessão reiterado pelos presentes.

## **4. Melhorar a comunicação**

A AGEFE reforçou um dos pontos identificados que tem a ver com o adoptar de medidas de *Green Procurement* por parte das autoridades públicas que devem assim liderar pelo exemplo, exigindo soluções cuja eficiência energética se baseie na etiqueta energética.

Ao nível da comunicação é ainda importante destacar a necessidade de simplificar a mensagem para o consumidor final, nomeadamente desconstruir a razão do elevado período de amortização das soluções e apresentar as mais valias da opção por soluções de aquecimento mais eficientes.

## **5. Ligação à base de dados Europeia de produtos**

A oportunidade de associar a nova base de dados Europeia de produtos, obrigatória desde 1 de Janeiro de 2019, às ferramentas de cálculo e emissão da etiqueta de sistemas é de reconhecida valia para os instaladores com responsabilidades de emissão de etiquetas de sistemas customizados.

No entanto, a AGEFE fez notar que esta é ainda uma fase muito inicial da definição da base de dados e que há uma preocupação junto dos fornecedores da potencial má apropriação da informação. A associação da base de dados a ferramentas de terceiros pode abrir um precedente o que ainda não é viável dada a necessidade de assegurar a proteção e gestão dos dados recolhidos.



Sobre a 2ª vertente, de **modificar a atual regulamentação** foram apresentadas e discutidas as seguintes medidas:

**1. Incluir a expectativa de consumo de energia na etiqueta de sistemas de preparação de água**

Esta é uma iniciativa bem aceite, sendo que se está a acrescentar à etiqueta sistemas mais um dado o que numa etiqueta já complexa reforça a necessidade de comunicação com o consumidor.

**2. Introduzir dados relativos aos benefícios económicos associados à opção por sistemas mais eficientes**

Esta medida é de difícil articulação uma vez que os preços de energia são muito variáveis e a sua inclusão pode inclusive gerar expectativas junto do consumidor que depois podem não ser alcançadas.

**3. Rever a escala de eficiência energética das etiquetas de aquecimento**

Dado que este é ainda um regulamento muito recente esta alteração poderia descredibilizar a etiqueta. Esta é uma medida que se pode equacionar aquando da revisão dos regulamentos de etiquetagem de aquecimento para o processo de rescalonamento.

**4. Incluir as diferentes classes energética de acordo com a região climática para os aquecedores solares, as bombas de calor e as etiquetas de sistema**

Esta é uma informação que já é apresentada na ficha destes produtos pelo que não implica qualquer esforço adicional no cálculo da etiqueta.

É uma mensagem que reforçaria as mais valias destes equipamentos em função do clima, em particular no clima do Sul da Europa em que os sistemas solares térmicos beneficiam a classe energética destas soluções. No entanto esta alteração, tal como a anterior, tem que ser bem analisada a fim de não prejudicar a credibilidade da etiqueta.

Ainda sobre a 2ª vertente foi discutida a introdução de novas etiquetas

**1. Etiqueta de produtos/sistemas de aquecimento existentes**

Neste ponto os participantes reforçaram que é de facto importante a existência de simuladores de eficiência energética de produtos/sistemas existentes para que o consumidor tome consciência das oportunidades de uma substituição planeada da solução atual por uma solução mais eficiente. Se a etiqueta de soluções existentes é a melhor forma de comunicar isso não é claro. É de facto uma verdade que esta situação, de identificação da eficiência energética da solução existente já acontece aquando da emissão do certificado energético de uma fração existente e equipada. Assim, esta solução poderia ser positiva caso fosse uma situação paralela a outras, ou seja, que não implique a deslocação de um profissional dedicado para o efeito, e salvaguardando uma metodologia simples mas efetiva.

Ainda nesta discussão foi sublinhada pelos presentes a questão da segurança da instalação, uma situação atualmente negligenciada e que pode ser uma oportunidade inclusive para o Sistema de Certificação Energética de Edifícios. A proposta seria que o PQ pudesse solicitar a apresentação do certificado de inspeção da instalação e que possa sinalizar no certificado energético a existência ou





This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

não deste certificado, alertando o proprietário para as situações em que o certificado não está disponível. Esta seria como que uma ação de vigilância documental sobre a segurança do imóvel. Sobre este ponto a ADENE discutiu ainda a possibilidade dos PQs terem formação adicional, por exemplo técnicos de instalação de gás, que lhes permita analisar a instalação e identificar situações de potencial risco, passando assim o certificado a incluir aspectos de segurança.

## PRESENÇAS



Este projeto recebe financiamento da União Europeia no âmbito do programa de investigação e inovação Horizonte 2020, sob o contrato No649905

15 DE DEZEMBRO DE 2017, HOTEL VIP EXECUTIVE ZURIQUE

3ª REUNIÃO DA PLATAFORMA NACIONAL DE STAKEHOLDERS

Entidade	participante	Rubrica presença
ADENE	Manuel Bóia	
	Joana Fernandes	
	Paulo Santos	
DGEG	Paula Gomes	
	Carla Martins	
AFIQ	Artur Varanda	
	Joaquim Meneses	
AGEFE	Daniel Ribeiro	
EFRIARC	Lopes do Rego	
LNEG	Jorge Facão	
DGC	Sónia Passos	
APED	Cristina Câmara	
APIRAC	Dias Caetano	





This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

## FOTOS

---



## CONTACTOS CONSÓRCIO PT

---

ADENE: Joana Fernandes – [joana.fernandes@adene.pt](mailto:joana.fernandes@adene.pt)